



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PSICOPEDAGOGIA

KETENY TAYNĂ DE SOUZA SOARES

INTERVENÇÃO COLABORATIVA ENTRE MEDIADORES DA APRENDIZAGEM E
PSICOPEDAGOGOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Orientador(a): Prof. Ms. Márcia Paiva de Oliveira

JOÃO PESSOA
2024

KETENY TAYNĂ DE SOUZA SOARES

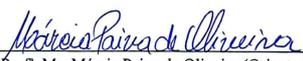
INTERVENÇÃO COLABORATIVA ENTRE MEDIADORES DA APRENDIZAGEM E
PSICOPEDAGOGOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado de Psicopedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Psicopedagogia.

Orientador(a): Prof. Ms. Márcia Paiva de Oliveira

Aprovado em: 22 / 10 / 2024

BANCA EXAMINADORA


Prof. Ms. Márcia Paiva de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba


Prof.ª Dra. Sandra Cristina Moraes de Souza (Membro)
Universidade Federal da Paraíba

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S676i Soares, Keteny Tayná de Souza.
Intervenção colaborativa entre mediadores da
aprendizagem e psicopedagogos na educação inclusiva /
Keteny Tayná de Souza Soares. - João Pessoa, 2024.
23 f.

Orientação: Márcia Paiva de Oliveira.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Psicopedagogia) - UFPB/CE.

1. Educação inclusiva. 2. Mediadores da
aprendizagem. 3. Psicopedagogia. 4. Inclusão. I.
Oliveira, Márcia Paiva de. II. Título.

UFPB/CE

CDU 376(043.2)

Elaborado por JANETE SILVA DUARTE - CRB-15/104

RESUMO

Este trabalho propôs compreender o trabalho colaborativo entre a Psicopedagogia e os mediadores da aprendizagem como agentes da educação inclusiva, assim como, analisar os pressupostos históricos, saberes e fazeres da educação inclusiva, caracterizar as principais atividades do mediador de inclusão escolar e contextualizar a Psicopedagogia. O percurso metodológico é qualificado como uma Pesquisa-Ação, com características exploratória e descritiva, com um delineamento longitudinal, quanto à coleta de dados, é de natureza qualitativa. O trabalho é fundamentado nas legislações que respaldam a educação, é contextualizado a educação e todo a evolução alcançada até os dias atuais, adentrando em específico nos profissionais especialistas da aprendizagem e na psicopedagogia, por fim, é destacado o trabalho colaborativo realizado entre os mediadores da aprendizagem e os psicopedagogos através da análise de uma experiência prática. Os resultados deste estudo evidenciaram a significância do fazer dessas duas profissões como instrumentos de efetivação de uma educação inclusiva.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Mediadores da aprendizagem; Psicopedagogia; Inclusão.

ABSTRACT (OU) RESUMEN

This study aims to understand how the psychopedagogue can mediate the teaching-learning and affectivity process in the inclusive context, as well as conceptualize institutional psychopedagogy, present a psychopedagogical intervention and discuss the contributions of the psychopedagogue as a mediator in the school context. The methodology consists of a previous bibliographical research, theoretical knowledge covered in four chapters. Initially, psychopedagogy and the psychopedagogue as an intervention mediator are conceptualized, the theories of the most referenced theorists in selected articles and publications are presented, the role of affectivity, social interactions and school inclusion is discussed, and the contributions of psychopedagogy to meaningful learning are discussed. In the end, the results reinforce the relevance of psychopedagogical practice and its much-needed interventions to maintain and promote the benefits of social interaction and affectivity among everyone involved in the school context, with the aim of understanding how affectivity and interactions social aspects are inseparable from the teaching-learning process.

Keywords (ou) Palabras-clave: Inclusive education; Learning mediators; Psychopedagogy; Inclusion.

1 INTRODUÇÃO

A educação foi se transformando no decorrer dos anos, a princípio tinha um foco em educar um público restrito, com temáticas específicas que variava de acordo com cada realidade social, mas com as novas perspectivas apresentadas pela sociedade houve a expansão desse espaço educacional acolhendo a um público maior. A partir de ideais sobre a inclusão educacional e social, defendidos por teóricos e pela própria sociedade, o ensino alcançou o conceito de inclusão, isto é, surgiu a educação inclusiva a partir de políticas públicas.

Lev Semenovitch Vygotsky, foi um dos autores que colaborou para uma educação inclusiva, em seus estudos ele disserta sobre a inclusão de alunos deficientes nas salas regulares, pois argumenta que o fato de apresentarem uma deficiência não é motivo de terem uma educação segregada, considera que a educação de pessoas com deficiência e a das pessoas ditas “normais” não se diferenciam. O autor frisa que a escola especial gera uma produção do estudante atípico com o meio social, isolando-o, e que neste modelo de ambiente escolar o foco é na deficiência. (Vygotsky, 2022).

Com a inserção de todos no ambiente escolar, surgiu uma nova demanda: alunos com necessidades educativas específicas, muitos dos quais apresentam dificuldades para manter-se no nível de aprendizado da turma, nesse sentido surgiu também mais um desafio para os docentes, pois com uma grande quantidade de alunos por turma, o atendimento especializado àqueles que apresentam especificidades se tornou inviável, dado que, a formação inicial de professores apresenta uma escassez sobre os saberes para o fazer cotidiano da escola inclusiva.

Diante das questões supra referidas, a formação continuada de professores é imprescindível, bem como o engajamento laboral de outros profissionais da escola, além da necessidade de profissionais especializados para suprir o carência de alguém para fazer a ponte de acessibilidade curricular, a exemplo dos mediadores da aprendizagem.

Entretanto, é perceptível uma carência de esclarecimento sobre o desenvolver dessa mediação no contexto escolar, mesmo havendo o respaldo legal, não há descrição e especificações sobre a atuação dos mediadores, além disso há a necessidade de expor para a comunidade o papel desenvolvido por estes profissionais como agentes indispensáveis à inclusão.

À fase do exposto, considera-se a Psicopedagogia uma área que também vem desenvolvendo ações inclusivas no ambiente educacional, todavia há pouco conhecimento transparido sobre este tópico para profissionais da educação, famílias, estudantes, a sociedade em si, considerando que é pretendido conquistas ainda mais significativas, é de grande valia a elucidação dessa temática.

Outrossim, é que a inclusão de alunos com deficiência e neurodivergentes pode trazer resultados grandiosos aos alunos, quanto aos profissionais da escola e comunidades, pois propicia o

entendimento dos conceitos necessários à inclusão, mas, também fortalece a empatia e o compromisso com o outro, entendendo que antes das pessoas apresentarem qualquer especificidade, elas são pessoas de direitos, são cidadãos. A partir de experiência como mediadora de aprendizagem, acompanhando alunos com necessidades específicas, fez-se florescer a necessidade de partilhar a importância da afetividade e empatia no âmbito escolar em geral, mas também no contexto de mediação da aprendizagem.

Considerando as contribuições de teóricos da área, assim como o respaldo legislativo nacional e internacional, há o questionamento norteador desse estudo: **“Como psicopedagogos em coadjuvação com mediadores da aprendizagem podem contribuir no fazer da educação inclusiva?”**

O objetivo geral deste trabalho é compreender o trabalho colaborativo entre a psicopedagogos e mediadores da aprendizagem como agentes da educação inclusiva. No tocante aos objetivos específicos, priorizamos: analisar os pressupostos históricos, saberes e fazeres da educação inclusiva, ressaltando as conquistas alcançadas; caracterizar as principais atividades do mediador de inclusão escolar; conceitualizar e contextualizar a Psicopedagogia, apresentando as contribuições do psicopedagogo junto aos mediadores de inclusão.

Para alcançar tais objetivos, realizamos um estudo do tipo Pesquisa-Ação, que se caracteriza pela investigação científica com a participação direta do pesquisador no contexto pesquisado.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação não é um conceito imutável, a tendência é que ocorra mudanças no decorrer dos tempos no meio educacional, estas evoluções são instigadas pelas necessidades apresentadas pela sociedade. Exemplo disso é que na Pré-História a educação se apresentava de forma intuitiva, os mais novos iam aprendendo através da observação dos mais velhos, Viotto (2016) em sua resenha relata que o Egito na antiguidade difundia uma educação na vida política, já na Grécia a educação tinha um foco no pensar, os discursos democráticos baseava a educação grega, em Roma evidenciava a educação religiosa e moral.

Por um bom período a educação ficou aos cuidados da Igreja católica. Contudo, com o surgimento de uma nova realidade social a educação foi se transformando. Um fator decisivo para essa evolução foi a Revolução Industrial, que requeria um ensino com enfoque nas demandas fabris. A modernidade também foi período de grandes transformações, mas, foi na pós-modernidade, também chamada sociedade do conhecimento, que houve a explosão da informação e se fez necessário uma educação guiada para acompanhar esse novo cenário.

Observando esta breve linha do tempo, é possível perceber que a educação se modifica a partir dos anseios apresentados no meio social. A partir deste ponto, pode-se evidenciar a educação inclusiva como uma conquista evolutiva da educação que temos atualmente, que foi alcançada pelo

movimento de lutar pelo direito de igualdade educacional. Para um melhor esclarecimento, no documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, nos traz que a educação inclusiva:

[...] constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (Brasil, 2008, P.5)

A educação inclusiva foi uma conquista, que através de pequenos passos foi possível alcançar essa realidade, com amparo legal e políticas públicas bem definidas e construção da construção de conceitos e saberes específicos da escola inclusiva, como analisaremos a seguir.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E LEGAL DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Para uma melhor elucidação será apresentada uma contextualização sobre o tema. Nos séculos passados as pessoas que nasciam com alguma deficiência, transtornos ou doenças, apresentando uma necessidade específica, eram exiladas da sociedade. A esse respeito, Farias; Santos; Silva, (2009) esclarecem que: “No período da Inquisição e, posteriormente, na Reforma Protestante, as pessoas com necessidades especiais eram tratadas como uma personificação do mal”. Essa parcela da população não tinha participação na sociedade, pois não eram permitidos.

Foi um grande período de exclusão, mas avanços foram sendo realizados, através de estudos e ações, reconhecendo assim, essas pessoas suprimidas da sociedade de forma mais humanitária. Com o final da ditadura militar, na década de 1980, a educação brasileira ganhou novos formatos, mas foi com a promulgação da Constituição em 1988, que a educação passou a ser universal e um direito de todos os cidadãos, independentemente de serem típicos ou atípicos.

No nosso contexto, algumas ações foram referência para a inserção de crianças com deficiência no âmbito da escola especial, sem as características da escola inclusiva regular. De acordo com a Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), o atendimento às pessoas com deficiência iniciou-se na época do Império com o surgimento do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. Em 1904, foi implantada a Escola de Crianças Anormais – no Hospital Nacional de Alienado, no Rio de Janeiro. No ano de 1926, foi criado em Canoas -RS, O Instituto Pestalozzi e em 1952 a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - RJ.

Em 1988, a República brasileira teve um avanço significativo no contexto educacional através da nova Constituição Federal, a Carta Magna, pois definiu o ensino no Brasil como responsabilidade do Estado, no artigo 6º traz a educação como um direito social, tornando assim o acesso à educação uma garantia do cidadão, de todos eles. No artigo 5º do mesmo documento

esclarece que todos são iguais perante a lei, reforçando assim o que já vinha sendo construído por alguns autores, como Vygotsky sobre a inclusão, outrossim, que enfatiza esta ideia na Constituição Federal é o artigo 206º, inciso I e II, informando que os princípios do ensino é a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

Em 1996 foi promulgada no Brasil a Lei de LDB 9.394/96, que regulamenta as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), esse instrumento respalda a educação inclusiva de forma mais específica, no artigo 4º, inciso III, traz uma conquista para alunos atípicos, sendo por direito o acompanhamento atendimento educacional especializado gratuito, contemplando no capítulo V da lei, sobre a educação especial. Em 2015, a Lei de nº 13.146 foi decretada, o documento regulamenta sobre a Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Fora do Brasil também houve ações que contribuíram com a evolução da educação inclusiva, como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, em 1990, aprovada pela Conferência de Jomtien, que ocorreu na Tailândia no período de 5 a 9 de março, essa declaração tem como finalidade satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos, esta iniciativa foi mais uma forma de consolidar este ideal.

No âmbito internacional, também houve a declaração de Salamanca que foi um marco importante nesta luta para alcançar uma educação para todos, onde reuniu representantes de 88 governos e 25 organizações internacionais em Salamanca - Espanha, entre os dias 7 e 10 de junho de 1994 na elaboração deste documento, teve o objetivo de reestruturar o ambiente educacional através de um olhar mais inclusivo, para que a educação acolha a todas as pessoas e as necessidades de cada uma em sua aprendizagem. É importante salientar que o foco não foi apenas em crianças com deficiência, mas aquelas que vivem pelas ruas, minorias da sociedade.

A partir do século XXI é agregado um novo conceito à educação inclusiva, pois, anteriormente entendia como educação inclusiva os estudantes que apresentavam alguma deficiência, transtorno ou doença, sinalizada como educação especial, Chacon e Uchôa (2022, P. 3) indicam que a educação inclusiva “[...] não tem um destinatário específico, sendo direcionada a todas as pessoas. Trata-se de compreender a educação como um direito de todas as pessoas, independentemente das realidades existenciais, psíquicas, físicas, culturais e políticas.”

Importante ressaltar que, desde o primeiro Plano Nacional de Educação - PNE, que esta questão já estava entre as metas, a inserção das crianças atípicas nas escolas, preferencialmente nas escolas comuns. No PNE do decênio 2014-2024, aprovado pela Lei Nº 13.005/2014, manteve a meta, pois apesar de ter um aumento na inclusão desta parcela da população nas escolas regulares, ainda é pertinente o número de crianças que por apresentar alguma necessidade não tem acesso à educação ou estão em salas separadas como substituição do ensino regular.

No relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do plano nacional de educação do ano de 2022, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), consta que:

[...] o percentual de matrículas em classes comuns de educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação, entre o período de 2013 a 2021. Em valores nominais, o percentual de 93,5% alcançado em 2021 representou 1.020.018 de matrículas em todo o País. (INEP, 2022)

É um quantitativo consideravelmente positivo, está a menos de 7% para atingir a inclusão de todos nas salas regulares. Todavia, é intrigante, pois com tantos anos requisitando por uma educação para todos, ainda há atitudes segregacionistas dentro das escolas, e ao observar as leis, pode-se perceber que há abertura para isto, no PNE é um ótimo exemplo, 52 anos depois do primeiro plano, ainda manteve o termo “preferencialmente” referente ao ensino regular para as crianças com deficiência, onde deveria ser obrigatório.

Outra lacuna existente está respaldada no texto do parágrafo 2º, do artigo 58 da LDB/1996, onde informa que “O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.” É inadequado haver hipóteses que informem a possibilidade de alunos serem excluídos do ensino regular. Para ajustar essa situação já foram elaborados vários PL’s (projetos de leis) para regulamentar a atuação da sala de multirecursos, a mais atual foi a de nº 4.549/2023, sendo uma proposta do deputado federal Acácio Favacho, a PL tem o intuito de alterar a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), as mudanças se refere ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), no documento informa que o AEE é um complemento à educação dos estudantes, não substitui o ensino regular, portanto deve-se ser aplicado no contraturno.

Algumas leis que regulamentam a educação, como a LDB, precisam ser atualizadas de acordo com as novas evoluções do ensino para ir ajustando à uma educação realmente para todos. Nesse sentido, vale salientar que no Plano Nacional de Educação de 1962, já visava a mudança deste paradigma, onde objetivava que as escolas deveriam ter seus funcionamentos ajustados para todo o público, em relação à infraestrutura e recursos, no de 2014 houve uma ênfase na qualificação dos profissionais.

2.2 ANÁLISE DAS POSSIBILIDADES E LIMITES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

É possível perceber a evolução da educação inclusiva obtida até os dias atuais, a partir deste avanço houve o aumento significativo de matrículas de crianças atípicas nas escolas, de acordo com o documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de

2008, o censo escolar de 2006 registrou uma ampliação de 107% em relação ao ano de 1998, referente a inclusão nas salas de aulas regulares, o crescimento é de 640%, passando de 43.923 alunos incluídos em 1998, para 325.316 alunos incluídos em 2006. No censo de 2023, de acordo com Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, as matrículas chegaram a mais de 1,7 milhão, a inclusão nas salas regulares foi 95% em 2023, considerando o ano de 2022, houve aumento.

O crescimento do número de alunos com deficiência e neurodivergência na escola regular é um fato concreto e quantificado em pesquisa. Contudo, para o sucesso escolar desses alunos é necessária uma análise de como essas políticas estão sendo desenvolvidas no contexto escolar. São vários vieses a se considerar ao analisar a situação atual da escola inclusiva, há a qualificação da equipe, que de acordo com Tavares, Santos e Freitas (2016), estamos distantes da prática pedagógica, pois não há a preparação de profissionais para lidar com a diversidade dos educandos. Segundo Chacon e Uchôa (2022), é necessário avaliar e redesenhar sua estrutura, organização, projeto político-pedagógico, recursos didáticos, práticas avaliativas, metodologias e estratégias de ensino.

Essas são aquisições grandiosas na educação, mas com estas informações, é possível analisar o seguinte dado: as crianças estão sendo inseridas nas escolas, mas nem sempre estão sendo incluídas, estes discentes estão sendo segregados, pois estão nas escolas, mas nem todos estão nas salas regulares por causa de suas necessidades, indo de contraponto à inclusão, de acordo com o dicionário Michaelis, segregação entende-se pela:

Forma de dissociação que se realiza quando unidades similares, obedecendo ao mesmo impulso, se concentram, distanciando-se, ao mesmo tempo, de outras unidades consideradas diferentes ou divergentes, em virtude de certos fatores biológicos e sociais, como raça, riqueza, educação, religião, profissão, nacionalidade etc..

Outra consideração que deve ser feita, é sobre como é realizada a inclusão dos alunos que já estão inseridos nas salas regulares, pois não é apenas inseri-los nos ambientes de aulas, é necessário disponibilizar um local que gere possibilidades igualitárias considerando a diversidade. No entanto, a realidade está sendo distinta, as crianças estão sendo integradas e não incluídas. A integração ocorre quando o estudante está na escola, mas, sua participação não é ativa, pelo motivo de não ser oferecido uma aula que acolhe a todos, o processo de integração ocorre de forma que o discente precisa se adaptar à escola e não o inverso. Isso desconsidera que é na escola que a criança com deficiência vai ter possibilidade de aprendizagem e desenvolvimento.

Vygotsky deixou-nos colaborações importantes sobre a inclusão educacional, em suas pesquisas as crianças em questão eram nomeadas como deficientes, este era o termo utilizado no período para indivíduos com alguma deficiência, o teórico enfatiza que a socialização do ser com o meio é essencial para o desenvolvimento:

Tudo pode ser educado e reeducado no ser humano por meio da influência social correspondente. A própria personalidade não deve ser entendida como uma forma acabada, mas como uma forma dinâmica de interação que flui permanentemente entre o organismo e o meio (Vygotsky, 2003, *apud* Eddine, Piatti e Silva, 2019, P. 126.)

Mas, para que ocorra de fato a inclusão os docentes são de fundamental importância. O professor é uma peça fundamental na educação, assim como o ensino se transforma dia após dia, o adequado é que o docente passe por mudanças também para acompanhar esta evolução, o público da educação é composto por diversidade, com isso, o ensino não pode ser um método padronizado, cada aluno apresenta sua singularidade, seja no aspecto social, intelectual, cultural etc. A partir disto, para o professor acompanhar as particularidades de cada estudante é adequado a qualificação destes, pois assim é possível oferecer uma educação que abrace a todos.

Atualmente temos um respaldo legal significativo sobre a necessidade da preparação dos profissionais no ambiente educacional durante sua trajetória, em evidência para oferecer atendimentos especializados aos alunos com necessidades específicas, pode-se citar a LDB de 1996, que em sua íntegra fomenta sobre a necessidade de preparação dos profissionais da educação, esta lei discorre como a importância da constante na capacitação dos docentes para oferecer um ensino de qualidade, Silva (2015) informa esta preparação não é para uma área específica, mas tem o objetivo de formar um profissional com conhecimentos básicos elementares para atuar nos processos de escolarização com todo o público da escola.

Importante ressaltar que é dever do Estado garantir a qualificação da equipe escolar, na LDB/1996 informa no artigo 62, parágrafo 1º que “A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.” Todavia, o cenário atual é diferente, o que vem ocorrendo em grande porcentagem é a sobrecarga das demandas dos professores, tendo como consequência a ausência do tempo de qualidade para realizar capacitações. Com isso, há a precarização do ensino, pois os docentes estão sobrecarregados, com alto índice de afastamento por motivos de patologias desenvolvidas no ambiente do trabalho.

Vale ressaltar que a inserção dos alunos atípicos nas escolas torna-se um desafio para os professores, pois nem todos têm uma preparação prévia para o acolhimento destes. Freitas, Santos e Tavares (2016) em seu estudo sobre a formação docente, relatam que:

Após o tratamento dos resultados, algumas categorias foram identificadas nas falas dos professores entrevistados, tais como: o reconhecimento da importância da formação pelos docentes, a angústia pela percepção de formação insuficiente, a busca por uma formação continuada ou por especializações (cursos diversificados), a pós-graduação, a experiência prévia e a diferença entre a teoria e a prática. (Freitas, Santos e Tavares, 2016, P. 7)

Outra perspectiva é sobre a qualificação que precede a atuação profissional, o conceito de educação inclusiva é adequado que seja trabalhada desde a graduação, em alguns cursos é oferecida

a disciplina de libras e/ou educação inclusiva, mas nem todos há a obrigatoriedade, além disso o conceito de inclusão educacional deveria ser vista durante todo o curso, complementando todos os assuntos adjacentes, na teoria e na prática, pois assim, ao lidar com a realidade, o desenvolver deste trabalho será mais fluido. Ainda vale salientar, que seria interessante a inserção desse formato de matriz curricular em todas as áreas no ensino superior, pessoas com necessidades específicas estão presente em todos os lugares e cenários, o conhecimento sobre as especificidades de tais possibilita a inclusão na sociedade de forma mais sutil.

A consequência da atual realidade são alunos com o desenvolvimento escolar comprometido e professores frustrados por não conseguirem desempenhar suas funções como o esperado. Em muitos casos, as famílias se reúnem em prol de uma educação de qualidade para seus filhos, que, pelo motivo de apresentar uma necessidade educacional, não recebe o mesmo ensino dos demais, recorrendo aos órgãos públicos.

É comum atualmente organizações entre famílias para lutar pelos direitos educacionais de seus filhos, esse propósito tem como ponto de partida o compromisso imprescindível da família no processo da educação das crianças e quando se destaca o conceito de inclusão, esta missão intensifica-se, visto que a inclusão de crianças atípicas, deve-se iniciar no ambiente familiar, pois este grupo social é a primeira escola do sujeito, é neste cenário que a criança já deve ser estimulada para desenvolver suas potencialidades, resultando na superação de seus aspectos de melhorias, no seio familiar é importante o incentivo à autonomia e independência, além disto a criança em questão, também deve ser conscientizada para quando ela for inserida na sociedade através da escola, ela já tenha uma base consolidada e acolhedora, com isso, a consciência de suas especificidades ajudará a ela conhecer seus direitos e também auxiliará as pessoas a identificar suas necessidades para incluí-la nos ambientes sociais.

Pode-se observar que a responsabilidade da realidade educacional remete-se a vários autores, com isto, se um nível apresenta uma lacuna deve-se recorrer aos demais para preencher. Geralmente, é comum recorrer ao Estado, visto que, este assume uma função fundamental na educação inclusiva, como contratar pessoal especializado para oferecer um suporte aos alunos com deficiência e neurodivergentes. A contextualização sobre esse direito conquistado será relatada no próximo item.

3 PROFISSIONAIS DA APRENDIZAGEM E DE SUPORTE À INCLUSÃO

A partir das necessidades educacionais apresentadas pelos estudantes nas escolas, surgiu a demanda de profissionais preparados para atuar nos ambientes escolares, o objetivo é oferecer um apoio escolar aos estudantes diante de suas especificidades, para caminhar ao mesmo nível de sua turma, através leitura de materiais, mediação entre professor e aluno, auxílio em avaliações, impulsionamento da autonomia do discente, mediação da comunicação, adaptação de materiais,

estímulos para desenvolvimento da aprendizagem e suporte na locomoção de pessoas com deficiência física, a presença desses profissionais nas escolas se tornou um direito estudantil.

Esse direito está respaldado na LDB, regulamentada pela Lei nº 9.394/1996 no art. 58, parágrafo 1º informa que “Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”. Na lei não especifica quais profissionais são, mas a partir das demandas apresentadas nas escolas foram sendo designadas, como a presença de estudantes surdos, requisita o intérprete e tradutores de libras, assim como transcritores Braille, para atender auxiliar aos alunos cegos, no ambiente de sala de aula, há a presença de mediadores da aprendizagem que oferecem suporte nas atividades escolares de discentes com necessidades educacionais, há também os cuidadores, que atuam geralmente fora de sala de aula, e por fim, os professores do AEE (atendimento educacional especializado), esses trabalham em salas de multirecursos.

A formação acadêmica destes profissionais é a especialização na área requisitada, exemplo, o intérprete de libras, é necessário qualificação em libras para exercer essa função, sendo também desejável formação relacionada à educação e inclusão, podendo ser nível médio ou superior. Esses especialistas atuam em parceria com todo corpo escolar, como professores, gestores, coordenadores pedagógicos, psicólogos, psicopedagogos e entre eles. É válido ressaltar que as instituições de ensino têm a responsabilidade de oferecer estes serviços, sejam privadas ou públicas, sem cobrar pelo atendimento e nem deixar de receber alunos atípicos pelo fato de não terem providenciado esse serviço.

3.1 O MEDIADOR DA APRENDIZAGEM NA ESCOLA INCLUSIVA

O papel do mediador escolar tem como base ser um intermediário entre o aluno e todos aqueles ao seu redor no ambiente escolar, auxiliando em sua rotina escolar, estimulando suas potencialidades, habilidades sociais e autonomia. Bem como, é importante também que promova a acessibilidade curricular. Geralmente cada profissional acompanha um aluno por sala, pois o objetivo é prestar um apoio bem centrado nas particularidades dos discentes, para que suas necessidades sejam atendidas como os demais através de mediações. Com os mediadores no ambiente escolar, os alunos neurodivergentes e com deficiência alcançam um atendimento especializado, recebendo estímulos adequados para acompanhar as aulas, assim como atenção centrada em cada estudante para auxiliar em suas dificuldades, a partir disso, esses profissionais podem entregar relatórios dos alunos atendidos para os docentes, para estes preparar aulas e materiais que atenda a turma como um todo, considerando as particularidades de cada aluno

Estes profissionais assumem um papel importante na inclusão, já que ele se comporta como agente deste conceito, pois é plausível seu posicionamento diante das situações que cause a exclusão - segregação do discente, a exemplo da solicitação de adaptação de aulas e materiais aos

docentes e intervenção junto a equipe psicopedagógica nas salas de aulas para disseminar sobre a inclusão. É válido ressaltar que esse profissional não assume o papel de professor particular do estudante, mas trabalha em colaboração com os docentes e os demais profissionais, como psicopedagogos, gestores, psicólogos etc.

O mediador, ao recorrer a instrumentos necessários, busca facilitar o processo de ensino, aprendizagem e socialização do aluno. Entretanto se faz necessário compreender que mesmo aquele que dispõe da melhor estrutura e materiais não possui condição de atender o aluno de forma isolada ou autônoma. O trabalho de mediação escolar pressupõe diálogo, troca e parceria. A compreensão da impossibilidade de se trabalhar sozinho revela-se um grande passo em direção à inclusão, que só se efetiva com a atuação de toda a escola e com interlocução entre os atores envolvidos, sejam mediadores, gestores, profissionais de saúde entre outros. (Rodrigues e Vargas, 2018, P.8)

Essa parceria entre professores e mediadores da aprendizagem se destaca diante da educação inclusiva, pois o professor é uma peça-chave na educação e com a evolução da inclusão neste cenário, se fez necessário um serviço especializado para atender as demandas dos alunos com especificidades educacionais, a princípio essa função ficou concentrada apenas aos docentes, na Lei 9.394/96 (LDB) retrata isto, “Art. 59. III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;”. No entanto, a demanda em sala de aula é grande, pois não se trata apenas de 2 ou 3 alunos, mas turmas heterogêneas com mais de 20 alunos, tendo muitas vezes a presença de estudantes com necessidades educacionais e os docentes não conseguem oferecer um ensino especializado a estes alunos, pois desampara os demais da turma, sendo assim, houve a inserção dos mediadores da aprendizagem nas escolas.

A atuação do mediador tem como base um conceito que norteia a educação inclusiva, é o desenho universal da aprendizagem (DUA), antes de elucidar o tema, é válido contextualizar sua origem, teve início como Desenho Universal (DU), no período posterior a Segunda Guerra Mundial, Mundial, iniciou uma conscientização das pessoas deficientes, enfatizando os ex-combatentes que retornaram da guerra com alguma deficiência, no Estados Unidos, entre 1970 e 1990 esse conceito se consolidou no âmbito arquitetônico tendo o objetivo de criar espaços, transportes e tecnologias acessíveis para todas as pessoas, independente de suas características. (Costa e Góes, 2021). A partir dessa base, surgiu o Desenho Universal da Aprendizagem, elaborado por David Rose, Anne Mayer e demais pesquisadores do *Center for Applied Special Technology (CAST)*, verificaram que havia a necessidade de produzir material didático único, que atendesse a todas as pessoas deficientes, sem ter que ser um material para cada tipo de deficiência. (Costa e Góes, 2021). A proposta do DUA foca no acesso e na garantia da aprendizagem para todos no ambiente escolar, através de formas diversas de oferecer o conhecimento e organizá-lo. (Orleans, Pletsch e Souza, 2017).

A partir desta conceitualização pode-se identificar características da ação do mediador da aprendizagem no ambiente escolar respaldada no DUA, pois este profissional em suas intervenções objetivam gerar a inserção do aluno no ambiente escolar sem segregá-lo, sugerindo aos docentes aulas e atividades que gerem a inclusão de forma homogênea englobando a heterogeneidade da turma. Parece ser um discurso contraditório, mas através de exemplos da prática é possível esclarecer isto, quando um professor prepara uma atividade e não leva em consideração as singularidades de determinados discentes, geralmente ocorre a fragmentação do que é proposto, se houver alunos com necessidades específicas, será ofertada dois tipos de atividades, nestas situações, o estudante pode perceber que há diferenciação em sua atividade e isso pode afetar o desempenho, o mediador sugere que nas próximas vezes o professor tente fazer uma atividade única, mas que considere as particularidades de todos os alunos, pois se um aluno apresenta dificuldade para realizar o que é proposto, é adequado uma mudança na atividade para que todos tenham um desenvolvimento dentro do esperado.

O mediador escolar, também está amparado pela Lei de nº 13.146/15, que regula o estatuto da pessoa com deficiência, no capítulo IV, referente à educação, destina a necessidade de adotar medidas de serviços especializados para as pessoas com deficiência no ambiente escolar. O mediador escolar pode receber outros nomes, como tutor escolar, leitor, profissionais especialistas e entre outros, vai depender muito da instituição. Estes profissionais não apresentam uma formação específica, como o advogado, que precisa realizar a graduação de direito, mas dependerá da instituição que requisitará, geralmente são formações relacionadas com a área de educação.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PSICOPEDAGOGIA

É válido discorrer sobre o histórico da Psicopedagogia, ela teve início na Europa, na área médica, no período do século XVIII e XIX, os médicos estudavam a hipótese de as dificuldades na aprendizagem serem consequência de causas orgânicas, neste cenário a França se tornou uma referência na Psicopedagogia, pois teve o 1º Centro Psicopedagógico, em 1946, o qual contava com uma equipe multidisciplinar de médicos, psicólogos, pedagogos e psicanalistas. Na década de 50, a Psicopedagogia teve um alcance ainda maior e chegou na Argentina, o argentino Jorge Visca trouxe contribuições significativas para a Psicopedagogia através da Epistemologia Convergente, que se baseia em uma tríplice: a Psicogenética de Piaget, Psicanálise de Freud e Psicologia Social de Pichon Rivière, a argentina Alicia Fernández também é uma referência no meio psicopedagógico, autora dos livros: Os idiomas do Aprender, O Saber em jogo, A Inteligência Aprisionada e A Mulher escondida na professora e de Psicopedagogia em Psicodrama – morando no Brincar, as colaborações de ambos especialistas foram importante para a difusão da Psicopedagogia no Brasil.

No ano 1958, foi criado o Serviço de Orientação Psicopedagógica (SOPP), da Escola Guatemala, na Guanabara, escola primária experimental do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), o SOPP consolidou ainda mais a profissão no Brasil, com o decorrer dos anos houve o amadurecimento da atuação psicopedagógica, por meados da década de 80, a Psicopedagogia deixou de focar apenas em atendimentos clínicos, pois foi observado a necessidade da atuação nas instituições escolares, passando a focar em todo o contexto e não apenas no aluno em si.

Com este novo panorama, a Psicopedagogia arrematou como seu objeto de estudo a aprendizagem e tudo que a envolve, sendo assim, ela não se restringe a patologias, mas foca em todo o processo de aprendizado, podendo atuar de forma preventiva e remediativa. O seu processo avaliativo - interventivo é com o indivíduo e sua aprendizagem, todavia, pode atuar também em alguma área paralela de sua vida que esteja relacionado com sua aprendizagem, caso necessário. É válido ressaltar que, essa atuação em outras áreas deve-se ser analisada, pois a depender da situação é necessário o encaminhamento para outros profissionais, por isso considera-se que a Psicopedagogia é uma área interdisciplinar e transdisciplinar, visto que, atua em colaboração com outros profissionais e seus conhecimentos dialoga entre várias áreas do conhecimento.

É importante destacar que apesar de trabalhar em conjunto com outros profissionais, a Psicopedagogia é uma profissão autônoma da área da educação e saúde, seus profissionais são considerados terapeutas da aprendizagem. As possibilidades de atuação do psicopedagogo ampliaram muito desde seu surgimento, antes era restrito ao setor médico, após se expandiu às instituições de ensino e a partir dessa nova perspectiva do objeto de estudo da profissão, a atuação se estendeu a todos os lugares que for possível ocorrer a aprendizagem, escolas, empresas, hospitais, clínicas, penitenciárias, asilos e afins.

Considerando esta trajetória da Psicopedagogia é de grande valia ressaltar a contribuição desta profissão mediante a educação inclusiva, visto que a aprendizagem é seu foco principal e está correlacionado no meio educacional. O psicopedagogo por meio de suas estratégias educacionais para promover a aprendizagem, estimulam a inclusão, pois através de esclarecimentos sobre elementos que contribuem para o desenvolvimento do aprendente impulsionam a inclusão deste nos ambientes educacionais (Albuquerque, Andrade e Cunha, 2023).

A intervenção psicopedagógica nas escolas se torna ampla, pelo motivo que não lida apenas com os discentes, mas com os docentes através de sugestões que promova a aprendizagem de maneira fluida, assim como estratégias para a condução com alunos com necessidades educacionais nas salas de aula de maneira que o inclua nas atividades propostas, assim como com outros setores, para proporcionar palestras, oficinas e conscientização sobre temas que influenciam a aprendizagem e a inclusão, como bullying, alimentação, transtornos do neurodesenvolvimento, deficiências e a diversidade humana.

De acordo com Farias, Jesus e Silva, (2019), a atuação dos psicopedagogos com os docentes deve ser constante, tendo como temática a relação do discente e do professor, assim como sobre o conteúdo que será ministrado, formas de avaliação e receptividade com os pais. Gomes e Teixeira (2023) traz que a atuação do psicopedagogo escolar requer uma visão holística, ampla da realidade educacional, sendo essencial sua participação efetiva nas atividades pedagógicas, como na elaboração do PPP e formação continuada de docentes, a fim de possibilitar um diálogo de parceria entre ambos.

O psicopedagogo trabalha como ponte para a aprendizagem do discente, quando percebe-se que algo está afetando o processo de aprendizado do aprendente, o psicopedagogo traça estratégias para superar essas barreiras, além disso, também promove conscientização e sensibilização dos docentes e de toda equipe escolar sobre os alunos em geral, discursando que cada aluno aprende de uma forma, sobre a diversidade que compõe as turmas escolares, culturas, classes sociais e crenças diferentes que estão presente em cada escola e que para a efetivação do aprendizado deve-se respeitar todas particularidades existentes. Sousa (2024) traz que a psicopedagogia atua na sensibilização e capacitação dos professores para lidar com a diversidade presente na sala de aula e para adotar práticas inclusivas em seu cotidiano pedagógico.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

5.1 DELINEAMENTO

Para alcançar os objetivos propostos, realizamos um estudo do tipo Pesquisa-Ação, que se caracteriza pela investigação científica com a participação direta do pesquisador no contexto pesquisado. Como bem coloca Dick (2003):

Pesquisa-ação é um trabalho científico que possui dois objetivos: a ação e a pesquisa. Ação para produzir mudanças em alguma comunidade, organização ou programa. Pesquisa para aumentar o entendimento pelo pesquisador ou cliente, ou ambos (e comumente alguma comunidade mais abrangente) (Dick, 2003, P.10).

Portanto, esse estudo é uma Pesquisa-Ação, com características exploratória e descritiva, com um delineamento longitudinal, visto que, a coleta de dados ocorre em um período de tempo considerável, quanto à coleta de dados, é de natureza qualitativa.

5.2 PARTICIPANTES E LOCAL

A pesquisa ocorreu em uma escola técnica federal, no município de João Pessoa-PB, a instituição apresenta a modalidade de ensino médio (integrado ao técnico), técnico subsequente (para pessoas que já concluíram o ensino médio), proeja (ensino médio de jovens e adultos integrado ao técnico) superior e pós-graduação. A escola apresenta uma coordenação especializada para atendimento de alunos atípicos, composto por uma equipe multidisciplinar, com

psicopedagogos, professores de AEE, audiodescritores mediadores da aprendizagem, tradutores e intérpretes de libras, transcritores *braille*, cuidadores e alfabetizadores. O grupo de audiodescritores é composto por 14 profissionais, uma parte do grupo atende demanda no período manhã-tarde e outro tarde-noite, este suporte é oferecido para toda as modalidades de ensino, cada audiodescritor auxilia entre 1 a 4 alunos, vai depender da carga horária acadêmica apresentada por cada estudante. A equipe psicopedagógica é composta por 3 profissionais que desempenham a função junto a toda a equipe da coordenação.

Os participantes foram: o discente N.G, de 22 anos, integrante do curso técnico subsequente, apresentando o diagnóstico de Síndrome DiGeorge, além deste, teve colaboração dos docentes, psicopedagogos e a mediadora da aprendizagem (a própria pesquisadora).

5.3 INSTRUMENTOS, PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Utilizamos como instrumentos de coleta de dados anotações, relatório periódicos e diário de bordo, os quais foram adaptados à natureza do estudo. Para proceder com a coleta dos dados, buscamos a confirmação com os responsáveis do aprendente para mencionar o caso neste trabalho, mas com cuidados para não o identificar, de acordo com os preceitos éticos da pesquisa com seres humanos, obedecendo às normas e as diretrizes regulamentadas pela Resolução 560/16 do CNS/MS. Quanto à retratação em fotos não identificáveis, a mãe preferiu não usar as fotos do filho, permitindo apenas o relato. A análise de dados se caracteriza como qualitativa descritiva.

A coleta de dados ocorreu durante o período de 2 anos e 5 meses, iniciou em fevereiro de 2022 e finalizou em julho de 2024. Durante este período, os dados foram recolhidos no atendimento com o estudante, reuniões com docentes, psicopedagogos e profissionais clínicos que atendem o aluno. A rotina de atendimento com o discente variava a cada semestre, de acordo com as mudanças de disciplina, mas o suporte era realizado no turno da noite, esporadicamente tinha alguns auxílios pela tarde.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O exposto trata de uma pesquisa-ação realizada através de uma intervenção colaborativa entre mediadores de aprendizagem e psicopedagogos com um aluno com necessidades específicas da aprendizagem, destacando também a atuação de docentes neste cenário. A atuação do mediador em grande parte é em sala de aula, mas também pode ser em sala de multirecursos, através de atendimentos de suportes para auxiliar em atividades e trabalhos escolares, assim como em ambientes externos, como visitas técnicas (nesses casos, geralmente há a presença do cuidador também).

É importante ressaltar que quando há a distribuição dos discentes por profissional, é enviado um e-mail para cada coordenação de curso onde terá estes estudantes presentes com as informações

respectivas deles, é solicitado pela equipe de Psicopedagogia que cada coordenador envie para os professores também, além disso, o mediador no primeiro dia de aula se apresenta, informando sua função e o papel que desempenhará junto ao estudante, em seguida, identifica o discente acompanhado e suas especificidades (ressalta que foi lhe enviado um e-mail com mais detalhes), salientando que esse diálogo deve ser feito no início ou final de aula, para evitar uma atenção centralizada ao aluno, deixando-o desconfortável.

O caso trata-se de N.G, um discente de 22 anos, integrante do curso técnico subsequente, tem o laudo de Síndrome DiGeorge, todavia, no período da pandemia o estudante desenvolveu dificuldades de aprendizagem e socialização que não estão diretamente vinculadas ao seu diagnóstico, sendo assim, iniciou uma nova investigação relacionado a isso e foi informado à instituição. A Síndrome DiGeorge, segundo Cristea e colaboradores (2024), é a síndrome de microdeleção cromossômica mais frequente com uma prevalência estimada de um entre 3000-6000 natos vivos. Os sintomas se manifestam de forma diferente de acordo com a faixa etária. Os principais aspectos são a cardiopatia congênita, infecções crônicas com melhoria na idade adulta, hipocalcemia, desenvolvimento precário da fala e dificuldades de aprendizagem.

O aprendente, de acordo com os relatos dos responsáveis, durante a infância e adolescência não apresentava dificuldades de aprendizagem, todavia, com o início da pandemia, resultando no confinamento social, o estudante começou a apresentar comportamentos introspectivos, posteriormente iniciou a ter episódios de saúde delicada, por conseguinte iniciou-se as dificuldades educacionais. O estudante ao ingressar no curso já apresentava essas particularidades, destacando a introspecção, complexidade na compreensão, atenção afetada, organização de pensamento e complicações em seguir comandos longos.

O aluno iniciou o curso no primeiro semestre de 2022, as aulas ainda estavam na modalidade remota, com isso a intervenção precisou ser reinventada, pois o aluno já demonstrava dificuldade em se concentrar, com interpretação e para seguir comandos complexos e com essa realidade remota isto acentuava-se. A partir das demandas apresentadas pelo discente, as mediações eram bem minuciosas, a exemplo do auxílio nas atividades, havia o atendimento de suporte semanal com ele, direcionando comando simples e realizando as atividades por etapas pequenas até concluir o que foi proposto. A princípio já se fez necessário a adaptação nas avaliações e exercícios, assim como nas aulas, pois geralmente é combinado com os docentes de analisar o desenvolvimento do estudante em um primeiro momento e depois verificar se é necessário adaptação ou não, mas nesta situação, já foi informado de início.

Antes de encerrar o primeiro semestre de estudo já houve o retorno ao presencial, a intervenção que já vinha sendo realizada continuou, foi agregada a estratégia de utilizar métodos práticos com o discente, pois ele demonstrava resultados mais positivos do que nos teóricos,

outrossim, foi sobre sua presença sem sala, foi fundamental a saída dele em momentos estratégicos para regulação emocional, todas as mediações eram combinadas com professores e psicopedagogas.

A intervenção com os professores fez essencial, posto que, o curso que o discente cursava é composto por muitos conceitos abstratos e complexos, as disciplinas eram subdivididas durante todo o percorrer do curso, então para cursar a próxima a anterior seria requisito e todos os assuntos estavam interligados, sendo assim, se o aluno não tivesse o aproveitamento total de uma disciplina seria prejudicado no aprendizado durante o curso, sendo assim, foi necessário, adaptação de aulas, materiais e atividades avaliativas para o aprendente.

A atuação com esse estudante traçou alguns desafios, pois com um ano de curso o discente começou a estacionar na evolução da aprendizagem, foi observado um regressão no que já havia conquistado, novas situações relacionados a saúde do discente foram sendo informadas pelos responsáveis e foi preciso novas estratégias para que o desenvolvimento dele não ficasse prejudicado, essas intervenções não foram direcionadas apenas ao aluno, mas também aos familiares, em conjunto com a psicopedagogia, professores, em destaque, o orientador de seu projeto de finalização de curso e os profissionais clínicos que o atendiam.

Neste período citado anteriormente, iniciou o planejamento sobre o trabalho de conclusão de curso (recital musical) e foi necessário uma mediação entre a psicopedagogia (institucional e clínica), mediadora da aprendizagem e professor orientador, pois a família levantou questões sobre o discente não sentir-se confortável em apresentar em público, mas em contraponto, queriam a apresentação (pois havia a possibilidade do trabalho escrito sem ser recital) de alguma forma, com isso, foi necessário um delineamento com sugestões de todos os profissionais, visto que, cada um participava do desenvolvimento do aluno de maneiras diferentes, mas complementares, foi um período na média de 3 a 4 meses para conseguir findar o caminho a ser traçado, esse tempo prolongou, pelo fato de sempre haver algumas questões instigadas pelos familiares e que precisava remodelar o que havia delineado.

Por fim, ficou definido a participação do aluno em um projeto de extensão, que estimulava a prática em conjunto e também apresentações, com isso, seu recital contará com a participação deste grupo de extensão, alcançando os objetivos propostos, a apresentação do discente sem deixar desconfortável emocionalmente, já que a atenção do público não será centralizado nele, houve a aprovação da família para isto. Ainda sobre a aprendizagem do aprendente, foram realizadas várias reuniões entre a psicopedagogia e mediadora da aprendizagem para analisar o caso e pensar em novos métodos que poderiam estimular o desempenho do discente.

Além da intervenção institucional, houve a da área clínica também, como mudanças de medicamentos, os responsáveis informaram estas mudanças e solicitaram para observar possíveis alterações de comportamentos e realmente houve um avanço no desenvolvimento em geral do

estudante, seja social, emocional ou acadêmico. Até os docentes relataram que o desempenho do aluno apresentou uma evolução significativa.

Foi exposto as principais mediações realizadas com N.G, é relevante exaltar as habilidades demonstradas pelo discente em toda essa trajetória, o aprendente já trouxe uma bagagem gigantesca de conhecimento sobre o tema central do seu curso, tornando assim a mediação tranquila, independente dos desafios, disposto para realizar qualquer atividade que lhe fosse proposto e confortável, em momentos que era preciso uma participação ativa do aluno em sala, ele fazia com excelência, demonstrava sempre afeto e respeito pelos profissionais que lhe acompanhava, ao ponto de ser conhecido de forma muito afetuosa por toda equipe, mesmo com poucas palavras, sua presença já demonstrava afeição.

É essencial destacar que toda atuação desempenhada pelo mediador não teria consequência tão positivas se não houvesse a colaboração de outros profissionais e setores, quando o estudante vai para outros setores para atividades escolares e é necessário a presença do mediador, essa função é desempenhada também com os profissionais de cada setor, levando conhecimento sobre aquele estudante e como eles podem incluí-lo nestes ambientes, assim como, com as turmas que os estudantes estão inseridos, muitas vezes é observado uma segregação do aprendente, então junto com a Psicopedagogia é realizado intervenções com os demais alunos sobre inclusão.

A equipe psicopedagógica deve-se ser exaltada, dado que, sempre esteve presente nas orientações sobre cada aprendente, reunindo-se junto aos mediadores para traçar novas estratégias de mediação para novas evoluções, assim como sugestões de adaptações de aulas e materiais, recebendo também todo feedback sobre as observações feitas em sala e atendimentos e sugestões para intervenções psicopedagógicas.

Tal como a parceria com os docentes, uma relação fundamental para o progresso desses estudantes, todo o papel desempenhado pelo mediador precisa de participação ativa do professor, todavia vale ressaltar, que realmente é um grupo seleto que aceita sugestões de adaptações para os discentes, se disponibiliza para ir até a coordenação de acessibilidade para receber mais informações do aprendente e entender como podem trabalhar com eles.

Diante deste caso, é possível observar que mediadores da aprendizagem e psicopedagogos se qualificam como agentes da inclusão, esta percepção dar-se através de toda atitude e ação praticada para que todos os discentes, independente de suas especificidades, são capazes de se desenvolverem, estes profissionais através de seus trabalhos também sensibilizam toda a comunidade sobre educação inclusiva e que todos são dignos de ter acesso a uma educação de qualidade.

Além desses pontos citados, outro tópico que se torna evidente nesta atuação é a afetividade, um item estudado por Wallon como campo funcional que participa do desenvolvimento junto com o

aspecto motor e cognitivo, que para ele funcionam de forma interligadas e inseparáveis. De acordo com Martins e Moura (2022):

A perspectiva de Henri Wallon considera que a afetividade que se manifesta na relação adulto-criança constitui-se elemento inseparável do processo de construção do conhecimento. E ainda se evidencia que toda aprendizagem está impregnada de afetividade. (Martins e Moura, 2022, P. 5)

Com isso, todas as mediações são enriquecidas por afeto, desde o acolhimento no primeiro dia de aula, considerando toda mudança de rotina, ambiente e de fase, até o dia-a-dia, como a intervenção com professores e a turma, que por vezes apresentam falas e olhares capacitistas e falta de flexibilidade com as especificidades apresentadas. São aprendentes que em situações específicas se maldizem pelo fato de estar frustrado academicamente, quando atingem esse ápice precisa-se realizar o remanejamento de crise usando como principal característica a afetividade, mostrando que por caminhos alternativos o discente é capaz de alcançar o que é proposto dentro de suas especificidades.

São atitudes afetuosas realizadas através de palavras sutis, percebendo pequenas conquistas e o elogiando por elas, é respeitar os momentos de desregulação emocional, assim como transparecer para todos ao redor deste aluno que o seu comportamento, falas e atitudes, que muitas vezes pode parecer rude, apática, desafiador, fantasioso, rígido, não é intencional, são aspectos do diagnóstico apresentado. Mas é plausível questionar-se, por que essa mediação escolar é baseada na afetividade? Para fundamentar essa resposta, é essencial trazer a colaboração de Vygotsky (2022), que em seus construtos argumentava que a educação de uma pessoa deficiente não deveria se diferenciar de uma pessoa típica, pelo fato de que antes de ser deficiente, ela é uma pessoa, é necessário enxergá-lo assim, com um olhar humanizado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo elucidou os avanços alcançados na educação, pontuando as principais conquistas para a sociedade, como o conceito de inclusão educacional, diante disso, foi realçado o trabalho colaborativo entre mediadores de aprendizagem e psicopedagogos para promover a inclusão dos discentes com necessidades educacionais nos ambientes escolares, este trabalho destacou também o trabalho de outros profissionais, como docentes e profissionais clínicos.

Foi possível observar a parceria nas atuações da psicopedagogia e dos mediadores, considerando que ambas funções agem de maneira complementar, o mediador acompanha o discente de perto, em sala de aula, estimulando suas habilidades com o propósito dele acompanhar o nível da turma, relacionando-se com os professores, alunos da turma e profissionais que o aluno lida diretamente, o psicopedagogo atua de forma estratégica com muitos setores pedagógicos, que nem sempre lidam com o aluno diretamente mas que as ações afetam o aprendente.

Esses dois profissionais atuam como agentes inclusivos, pois o psicopedagogo com seu foco na aprendizagem executa sua função com o objetivo de o estudante ter um processo de ensino-aprendizagem de acordo com o esperado, sendo assim, tudo que possa afetar esse processo o profissional psicopedagogo vai tentar diminuir, sendo exemplo de situações que podem o estudante desenvolver é a exclusão educacional, com isso, a equipe psicopedagógica desempenha ações que promova a inclusão do estudante. Já o mediador no acompanhar da rotina do aluno, presenciando atitudes de exclusão educacional, ele intervém com sugestões para a inclusão destes discentes, pois o objetivo deste profissional é estimular a autonomia do aluno, a inclusão e resultados dentro do esperado, com isso, ele fará o que for possível e dentro de sua função para promover isto.

Espera-se que este exposto contribua para uma valorização dos mediadores de aprendizagem e de psicopedagogos como agentes da inclusão no ambiente educacional, assim como, sensibilizar e conscientizar profissionais e alunos para a temática da inclusão, através da empatia, afetividade e do olhar humanizado, pois não deve-se definir ninguém por uma deficiência, um transtorno ou simplesmente desprezar por ser diferente. Além disso, considera-se estudo como uma ponte para futuros estudos destacando a relação entre professores e mediadores, permitindo assim, uma versão dos docentes para a inclusão.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, Renan; Andrade, Francisco A. V.; Da Cunha, Isaías D. S. A **Importância Social Da Psicopedagogia Para O Desenvolvimento De Uma Sociedade Inclusiva Na Educação**. *Entropia*, v. 7, n. 14, p. 245-256, 2023.
- Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2022*.
- Brasil, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
- Brasil. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- Farias, Iara R.; Santos, Antônio F.; Silva, Érica B. . Reflexões sobre a inclusão linguística no contexto escolar. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, p. 39-48, 2009.
- Chacon, J. A. V.; Uchôa, M. M. R. . **Educação Inclusiva e Educação Especial na perspectiva inclusiva: repensando uma Educação Outra**. *Revista Educação Especial*, 35, e46/1-18, 2022.
- Costa, P.K.A Da.; Góes, Anderson R. T.; Do Desenho Universal ao Desenho Universal para Aprendizagem. **Desenho universal e desenho universal para a aprendizagem: fundamentos, práticas e propostas para educação inclusiva**, p. 25-33, 2021.

Cristea, B., Ferreira, T., Ferreira, J., D. Rebelo, S., Tornada, A., & Alcântara, P. (2024). **Síndrome de DiGeorge: O Diagnóstico Tardio Que Faz Sentido – Relato de Um Caso Clínico.** *SPMI Case Reports*, 2(2), 58–62.

Da Silva, Lázara Cristina. **Formação de professores: desafios à educação inclusiva.** *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, p. 691-702, 2015.

Da Silva, Priscila F.; Farias, Giseleno F.; Jesus, Imaculada C. O. . **O papel da psicopedagogia na educação inclusiva.** *Revista Psicologia & Saberes*, v. 8, n. 12, p. 172-180, 2019.

De Sousa, Rodger R. A. **Psicopedagogia Em Ação: Explorando Áreas De Intervenção E Impacto No Desenvolvimento E Aprendizagem.** *Revista Inter-Ação*, v. 49, n. ed. especial, p. 935-950, 2024.

Eddine, E. A. C.; Piatti, C. B.; Silva, J. M. **Expressões culturais e práticas educativas: possibilidades de educação em diferentes contextos.** *Revista Cocar, [S. L.]*, v. 13, n. 27, p. 125–143, 2019.

Freitas, M. N. C.; Santos, Larissa M. M.; Tavares, Lídia M. F. L. **A Educação Inclusiva: Um estudo sobre a formação docente.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 22, p. 527-542, 2016.

Gomes, Tayane A; Teixeira, Verônica R. L. **Psicopedagogia: Um Olhar na Educação do Aluno Surdo no Processo de Ensino-Aprendizagem. ID on line.** *Revista de psicologia*, v. 17, n. 65, p. 589-600, 2023.

Martins, Maria C. R.; Moura, Antônia A. S. S. **Afetividade no processo de formação docente: dialogando com Spinoza e Wallon.** *Epistemologia e Práxis Educativa-EPEduc*, v. 5, n. 2, 2022.

Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008a. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.

Riccio, Edson Luiz *et al.* **Pesquisa - Ação: Princípios e Métodos.** João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

Orleans, Luis; Pletsch, Márcia D.; Souza, Flávia F. De. **A diferenciação curricular e o desenho universal na aprendizagem como princípios para a inclusão escolar.** *Revista educação e cultura contemporânea*, v. 14, n. 35, p. 264-281, 2017.

Vargas, Thamyres B. T; Rodrigues, Maria G. A. **Mediação escolar: sobre habitar o entre.** *Revista Brasileira de Educação*, v. 23, p. e230084, 2018.

Vigotski, Lev Semionovich. **Obras Completas – Tomo Cinco: Fundamentos de Defectologia.** Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE). — Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2022.

Viotto, R. A. **História Da Educação: Da Antiguidade Aos Nossos Dias.** Nuances: Estudos sobre Educação, Presidente Prudente, v. 27, n. 1, p. 357–363, 2016.